



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Permanência da questão agrária e o condicionamento das lutas dos sujeitos do campo			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Carmen V. S. Castro	Fundação Educacional Unificada Campograndense	FEUC	Docente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Os debates em torno da questão agrária no Brasil são bastante vastos e envolvem aspectos distintos, dentre estes os de âmbito social e econômico que lidam com diferentes elementos como: desenvolvimento da agricultura, de tecnologias e os aspectos ambiental, cultural e político; e se modificaram com o avanço do capital no campo, se levarmos em conta o período de industrialização do país. Contudo, a problemática agrária se insere nas condições materiais que marcaram/marcam o sujeito e condicionam suas lutas. As experiências de luta dos sujeitos do campo se constituem na dinâmica de mudanças produzidas pelo avanço do capital nas relações de produção e nas ações das famílias de trabalhadores. A reconstituição da problemática agrária como parte da contradição não resolvida, do avanço do capital, e aprofundada no desenvolvimento das forças produtivas no país nas últimas décadas, trata-se de elemento imprescindível para a compreensão das classes sociais – seus movimentos e experiências articuladas. A questão agrária trata-se de marca originária que re-condiciona um processo constante de expropriação e exploração do trabalho; bem como, a perspectiva de outro projeto de sociedade contra o atual projeto do agronegócio que se impõe sobre o conjunto da sociedade. Admitir a existência da questão agrária nos dias de hoje significa reconhecer não somente uma problematização teórica da experiência, mas, sobretudo, reconhecer um problema concreto, um entrave histórico, social, cultural, econômico e político nas bases materiais para o conjunto da sociedade brasileira.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

Permanência da questão agrária e o condicionamento das lutas dos sujeitos do campo – por Carmen V. S. Castro – FEUC/NETSAL/IESP-UERJ – coordenação da mesa

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado (...)

O 18 Brumário de Luís Bonaparte – Marx. (1978, p. 329)

Os debates em torno da questão agrária no Brasil são bastante vastos e envolvem distintos aspectos, dentre estes os de âmbito social e econômico que lidam com diferentes elementos como: desenvolvimento da agricultura, de tecnologias e os aspectos ambiental, cultural e político; e se modificaram com o avanço do capital no campo - se levarmos em conta o período de industrialização do país. Contudo, a problemática agrária se insere nas condições materiais que marcaram/marcam o sujeito e condicionam suas lutas.

Destacaremos a questão agrária como marca originária que re-condiciona um processo constante de expropriação e exploração do trabalho; bem como, a perspectiva de outro projeto de sociedade contra o atual projeto do agronegócio que se impõe sobre o conjunto da sociedade. Admitir a existência da questão agrária nos dias de hoje significa reconhecer não somente uma problematização teórica da experiência, mas, sobretudo, reconhecer um problema concreto, um entrave histórico, social, cultural, econômico e político nas bases materiais para o conjunto da sociedade brasileira.

As experiências de luta dos sujeitos do campo se constituem na dinâmica de mudanças produzidas pelo avanço do capital nas relações de produção e nas ações das famílias de trabalhadores. A reconstituição da problemática agrária como parte da contradição não resolvida, do avanço do capital, e aprofundada no desenvolvimento das forças produtivas no país nas últimas décadas, trata-se de elemento imprescindível para a compreensão das classes sociais – seus movimentos e experiências articuladas.

1- A marca histórica do avanço do capital no campo

A reconstituição da problemática agrária como parte da contradição não resolvida do avanço do capital, passa a se aprofundar, nas últimas décadas, na intensificação do entrelaçamento dos capitais no campo (FERNANDES, 2008). O “campo” não se trata aqui de um espaço físico-

natural, mas de um espaço de intervenção humana e relações sociais de produção econômica, cultural e de luta política.

O desenvolvimento das forças produtivas no país traz a dinâmica vivenciada pelas classes sociais – seus movimentos e experiências articulados pelos trabalhadores no campo. As ações produzidas pelos sujeitos sociais da classe trabalhadora no campo têm na questão agrária sua o processo constante de expropriação e exploração do trabalho. O sujeito histórico da luta da classe trabalhadora no campo é produtor de uma práxis atravessada por experiências de famílias rurais e pelos trabalhadores individualizados proletários nas suas diferentes formas de relações de produção e nas diversas categorias de trabalho envolvidas.

No período de 1930 a 1970 ocorreu a consolidação capitalista no Brasil; vários debates foram travados com relação a mudanças nos padrões econômicos sendo definidos alguns marcos interpretativos, como “o modelo agro-exportador” e “o modelo de substituição das importações”. Alguns elementos dos debates identificados circunstanciam a questão agrária como: a construção das bases econômicas de mercado no Brasil; a formação e o desenvolvimento do capitalismo; as implicações políticas do processo de construção do populismo e do autoritarismo da Ditadura Civil-Militar, entre outros. Determinados pontos que se tornaram básicos na abordagem histórica e sociológica da problemática agrária. Longe de terem se tornado clichês sobre o tema, estes possibilitam, ainda hoje, reconstituir uma base teórico-analítica sobre as relações sociais no campo.

Durante a década de 1960, os debates políticos e intelectuais¹ sobre o desenvolvimento capitalista e a situação da agricultura no Brasil se assentaram nas bases de produção e suas condições de produtividade. Nisto, a capacidade do campo como espaço de atividade econômica capaz de dar respostas às necessidades de crescimento da sociedade brasileira em seu processo industrialização e urbanização. As interpretações sobre a questão agrária identificaram os impasses do capital, projetaram e planejaram saídas econômicas para o capitalismo na periferia da dinâmica econômica mundial. Tudo isto que bloqueava a geração de renda e a produção de um mercado interno no país o que, por sua vez, dificultava a colocação da economia nacional no mundo capitalista (ABROMOVAY, 1994).

Em diversas partes de seu trabalho, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes (1976) frisa as contradições constitutivas da formação de um capitalismo nas periferias da expansão do

¹ O enfrentamento da necessidade de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, do processo de industrialização, do aprofundamento das contradições das relações sociais de produção no campo resultou em importantes trabalhos. Não desconhecemos o debate feito no interior da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), da ONU, que entre os anos de 1950 e 1960 foi um dos principais expoentes sobre subdesenvolvimento e tinha a industrialização como forma de superação. As teses dualistas, como ficaram conhecidas, interpretavam que o capitalismo no Brasil, assim como na América Latina, encontrava-se num impasse entre a dominação econômica e a política do setor agrário, de característica feudal ou semifeudal – com certa incapacidade de desenvolvimento técnico para o aumento da produtividade; a concentração de terra impedia aos trabalhadores o acesso à mesma e, conseqüentemente, de produzirem e consumirem.

capital. A questão agrária no Brasil pôde ser refletida por dentro da formação de uma economia capitalista periférica. Florestan Fernandes aprofundou a análise da transição da economia mercantil, em um processo político neocolonial, para uma integração de um capitalismo dependente no Brasil. Sob esta perspectiva, o fenômeno econômico, social e político da formação do capitalismo no Brasil não se realizou essencialmente por fatores internos, mas na articulação das dinâmicas econômicas interna e externa ao país.

[...] diante da emergência e da expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna, gerou uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas. Dessa acomodação resultou uma economia 'nacional' híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente 'arcaicas' e 'modernas', graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do 'moderno' com o 'arcaico', uma descolonização mínima, com uma modernização máxima). Sob esse aspecto, a mencionada acomodação tanto pode ser encarada como 'historicamente necessária' quanto 'economicamente útil' (*ibidem*, p. 176).

Destaca-se a compreensão sobre a formação capitalista que favoreceu os pólos dinâmicos (interno e externo) da economia dependente que se desenvolveu no Brasil, como na América Latina. Fernandes, por meio desta análise, nos possibilita identificar os elementos da dependência da economia bem como o imperialismo e as contradições internas econômicas, sociais e políticas que se mantiveram na estrutura do Brasil. Trata-se do desenvolvimento capitalista "desigual e combinado", aparentemente contraditório, mas que se compõem na superexploração do trabalho dentro país. Isto se reflete sobre as condições no campo e na cidade atuais e os permanentes conflitos sociais relativos às condições básicas de existência como trabalho, moradia, acesso a equipamentos públicos de saúde, educação, transporte, etc.

A economia brasileira se modernizou, mas não de forma a se integrar às economias centrais, porque não possuía os requisitos da estrutura e do funcionamento de uma economia capitalista central. Tendo em vista que a expansão capitalista pretendia/pretende o controle do crescimento e do funcionamento interno frente aos interesses externos do capitalismo central.

A complexa formação do capitalismo e das classes sociais no Brasil marcou a estrutura da sociedade brasileira, as relações de produção e as bases materiais de existência. A permanência da questão agrária está como problemática social, econômica, cultural e política na experiência social das classes sociais no campo; nas suas relações sociais cotidianas; na produção e nos aspectos mais finos da dominação política e cultural patrimonialista.

Esta análise sobre a formação das classes sociais nos possibilita entender como foram sendo constituído um processo contínuo de expropriação e superexploração e seu aprofundamento a partir dos anos de 1970. A economia agrária brasileira, antes mesmo de ser uma ordem social competitiva,

já estava voltada para o mercado externo desde o Período Colonial, e no seu desenvolvimento urbano e industrial acomodou os dois pólos dinâmicos às estruturas econômicas, sociais e políticas. O retardamento do avanço das relações capitalistas no campo não impossibilitou o processo de constituição de um “capitalismo maduro” na América Latina (FERNANDES, 1976). Para economia brasileira, as mudanças nas estruturas econômica, sociocultural e política aconteceram como parte da “revolução burguesa dentro da ordem” em que a dinâmica externa “induz, condiciona e regula” as mudanças. Isto de tal modo que no capitalismo dependente, a questão agrária se subordinou à “satelização [sic] dos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos” (FERNANDES, 1976, p. 59).

A superexploração do trabalho, para alimentar a dois pólos econômicos, veio reduzindo as condições materiais de existência no campo e na cidade— “a estabilidade da ordem social competitiva dependeu da superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, redefinindo os privilégios e as iniquidades sociais, em vez de atenuá-los e diluí-los” (*ibidem*, p. 66).

A modernização conservadora permitiu a continuidade e a renovação do capitalismo sob um novo padrão de acumulação de capital dominante. A forma de sobreapropriação do excedente econômico combinada com as transformações no mercado e aos sistemas de produção mantiveram e reatualizaram uma estrutura social. Os resultados, ao final desta década, representavam várias crises de reprodução social do trabalho.

Os problemas da concentração da terra e do capital recompuseram elementos de centralização de setores produtivos em monopólios e oligopólios juntamente com o capital comercial e financeiro – os investimentos concentrados na agricultura de exportação, como no caso da produção de grãos, cana etc., em detrimento de uma agricultura camponesa voltada à produção de alimentos. O resultado foi a conclusão do grande ciclo de migração de populações no final dos anos de 1970 e uma permanente dificuldade de projeto da sociedade brasileira para o campo na atualidade.

O capitalismo no Brasil teve na renda da terra parte do seu processo de acumulação original de capital e contou com a atuação intensa do Estado. O Estado cumpriu funções determinantes para o funcionamento, expansão, organização e dinamização do sistema econômico emergente sem rompimento das estruturas políticas, econômicas e sociais anteriores, com subordinação do país ao capitalismo mundial (IANNI, 1994). Entretanto, as relações de produção capitalista se expandiram no espaço urbano e durante a Ditadura Civil-Militar, com financiamento e incentivo dos governos militares, as forças produtivas avançaram no campo. A formação de um capital constante deu-se através dos investimentos em maquinário, sementes, defensivos químicos etc. Em suma, a acumulação de capital se originou no campo, mas as forças produtivas foram monetarizadas tempos depois.

O avanço do capitalismo no campo ocorreu com o processo de expropriação do trabalhador rural e a apropriação da renda da terra através da subordinação da propriedade fundiária ao capital. Deste modo, a grande propriedade terra não foi um obstáculo à expansão do capital no campo. A reprodução capitalista veio combinando e subordinando modos de produção, como a camponesa produtora de alimentos subordina à grande produção agrícola exportadora (MARTINS, 1982, p. 177).

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Por isso, a concentração ou a divisão da propriedade está fundamentalmente determinada pela renda e renda subjugada pelo capital.

A sujeição da renda da terra pelo capital através da propriedade da terra e da subordinação da produção de tipo camponês está prevista na compreensão clássica do processo de desenvolvimento do capital, conforme compreendeu Marx ao criticar a economia política (2008). A apropriação do trabalho excedente se dá de forma direta e imediata na renda da terra. Todavia, como a renda da terra deixa de ser pré-capitalista e se transforma em capitalista em um processo permanente de expropriação, a irracionalidade encontra-se na concentração da terra, o que pode ser resolvido por meio de reforma das estruturas fundiária e agrária que deverá atender às forças produtivas de uma sociedade urbana e industrial.

1.1 A permanente concentração da terra

A renda da terra que deixou de ser pré-capitalista e a apropriação do excedente (tempo trabalhado) foi sendo transformado em capital a ser investido. O avanço do capital sobre as forças produtivas no campo significa a apropriação de tudo o que a terra rende e possa render – renda territorial, renda trabalho, renda fundiária, renda produto – tornando-se condição para que o capitalismo se aprofundasse no campo e na cidade. Como se lê em Marx (1983, p. 1440-1441), a seguir:

Em todas as formas anteriores, quem se apropria do *trabalho excedente* alheio é o dono da terra e não o capitalista. A *renda fundiária* (como os fisiocratas a concebem por *reminiscência*) se revela historicamente (e na maior escala com referência aos povos asiáticos) a forma geral do *trabalho excedente*, do trabalho a executar sem remuneração. Aí, a apropriação do trabalho excedente não se faz por intermédio da troca, como se dá com o capital, e sua base é o domínio à viva força de uma parte da sociedade pela outra (daí escravidão direta, servidão ou dependência política). [grifo do original]

Nas análises de Marx a propriedade da terra é transmutada com a subsunção da agricultura ao modo capitalista. As reflexões sobre divisão da mais-valia em rendas diferenciadas tratou da irracionalidade das formas fetiche da renda e sobre a propriedade da terra na sua forma burguesa.

Um debate realizado com economistas gerou uma reflexão bastante elucidativa sobre as elaborações desenvolvidas no estudo *An Essay on the Distribution of Wealth*, de Richard Jones². Aspectos estes assim revistos em Marx (1983, p. 1442):

[...] que, no final de contas surge (1) quando a propriedade da terra cessa de ser a relação dominante da produção e por isso da sociedade, e (2) quando a própria agricultura é explorada segundo o modo capitalista, o que pressupõe o desenvolvimento da indústria em grande escala (pelo menos da manufatura) nas cidades. Jones evidencia que renda no sentido ricardiano só existe numa sociedade cuja base é o modo de produção capitalista. Com a conversão da renda fundiária em lucro suplementar cessa influência *direta* da propriedade da terra sobre o salário, o que noutras palavras significa apenas: o dono da terra deixa de ser *quem de imediato se apropria do trabalho excedente*, função que agora cabe ao capitalista. A magnitude relativa da renda diz respeito apenas à repartição da mais-valia entre capitalistas e proprietário, e não à extração do próprio excedente. [grifo no original]

No Brasil, inversamente a uma perspectiva clássica da formação do capitalismo, a irracionalidade da concentração da terra se manteve e foi mais além ao se combinar com o processo de formação de uma agricultura propriamente capitalista. No Brasil, a transformação da renda pré-capitalista da terra em capitalista não passou pela liberação da terra, por uma reforma política e social, mas pela concentração de tudo que pudesse render e pela centralização do poder.

Comprometeram o futuro das condições do trabalho com as amarras do passado de um capitalismo dependente. A irracionalidade da concentração da propriedade da terra sustentou a dinâmica periférica e combinada ao capitalismo mundial. Os efeitos profundamente perversos se revelam na expropriação e na superexploração do trabalho no campo e na cidade. Capitalistas e proprietários de terra se constituem em interesses de classe dominante, em um excesso de ganância, na apropriação do excedente do trabalho excedente, da mais-valia produzida pelo conjunto dos trabalhadores e na flexibilização da acumulação com o emprego da tecnologia e a variação de formas de trabalho (ANTUNES, 1989).

O preço que a sociedade teve e tem que pagar significa onerar o trabalho para obter o aumento da produção e da produtividade agrícolas. A literatura dos anos de 1990³ tratou especificamente da descrição deste “desenvolvimento rural”. A atenção esteve voltada para os grandes setores agroexportadores latifundistas. Os índices econômicos de produção e produtividade chamaram a atenção para os aspectos da mecanização, do desenvolvimento de tecnologias, dos defensivos químicos etc., os efeitos perversos seriam as consequências inevitáveis da modernização (PALMEIRA; LEITE, 1998).

² JONES, Richard. *An Essay on the Distribution of Wealth: and on the Sources of Taxation*. London: John Murray, 1831. (Part I – Rent [Renda fundiária])

³ Palmeiras & Leite (1998) fazem um apanhado da literatura produzida no Brasil, discutindo aspectos econômicos e sociais da estrutura agrária e a importância da reforma agrária nos dias atuais.

A industrialização da agricultura acentuou a expropriação dos camponeses e afastou a possibilidade política de se reformar as estruturas agrárias. Para alguns autores, como Graziano da Silva⁴ (*apud*, PALMEIRA; LEITE, 1998) 1987, p. 49), a seguir, tratou-se de um processo em que:

[...] os objetivos das propostas de reformas agrárias “burguesas” elaboradas antes de 64 foram, em grande parte, superadas pela própria modernização da agricultura brasileiras nesses últimos 20 anos. Criou-se um amplo mercado interno para a indústria nascente; aumentou-se a produção e a produtividade; o campesinato tradicional diferenciou-se gerando não apenas um “novo camponês tecnificado” mas também empresas familiares de um lado e proletários de outro; o grande capital se “territorializou” integrando interesses urbanos e agrários nos novos complexos agroindustriais, e rompeu-se a velha dicotomia mercado externo/interno que unificava a dinâmica da agricultura brasileira da época do complexo rural e dos complexos cafeeiros.

Os “efeitos perversos” dessa modernização conservadora agudizou: as desigualdades sociais, a disparidade de renda e a migração interna; aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas; aprofundou a exploração nas pequenas propriedades familiares; deteriorou ainda mais a qualidade de vida da população trabalhadora do campo; e agravou as condições ambientais. As mudanças ocorridas no campo brasileiro geraram quantidade crescente de investimentos com: a incorporação de crédito agrícola; a introdução de *insumos modernos* ao processo de produção; a tecnificação do modo de produção; e a integração aos “modernos circuitos de comercialização” (PALMEIRA; LEITE, *ibidem*, p. 92).

A agricultura teve suas bases técnicas alteradas e foi associada à indústria de insumos e bens de capital e à indústria processadora de produtos naturais, formando o denominado “complexo agroindustrial” – as relações sociais passaram a ser determinadas pelo capital em um processo de capitalização da produção agropecuária – um processo de *subsunção formal* para uma *subsunção real da produção ao capital* (GORENDER, 1994, p. 38-39).

As reflexões apontaram para as tendências econômicas sobre a modernização da agricultura, a intensificação das lutas dos grupos da classe trabalhadora no campo e a pertinência da reforma agrária. Dentre as diversas questões e autores confrontados, diversas explicações sobre a reforma agrária: parcial ou total; com papel econômico ou somente social, voltado aos excluídos do processo produtivo dentro da ordem capitalista; com a função de democratizar o desenvolvimento econômico; e os dilemas sobre os sentidos da reforma agrária na era do complexo agroindustrial. Estes autores (*ibidem*, p. 104-105) destacaram a negação de um “modelo de reforma agrária dos anos de 1960 e 1970 no campo brasileiro”.

A crítica incide sobre as interpretações do “complexo agroindustrial” que se assemelham às abordagens do “complexo rural”, como uma unidade econômica abstrata que ofusca a análise do campo brasileiro e seus problemas – e ofusca, sobretudo, os sujeitos no campo. Cria-se uma

⁴ Graziano da Silva, José. Mas, qual reforma agrária? *Reforma Agrária*. Campinas, v. 17, n. 1, p. 49, abr./jul. 1987.

supremacia dos setores sociais diretamente ligados às classes dominantes na economia e na política. Os dados que são difundidos na sociedade dizem respeito às condições gerais da produção e a comercialização da agricultura nacional. Desta forma, se constrói um quadro da agricultura sem contradições, em que conflitos sociais aparecem como aberrações.

Parte da literatura dos anos de 1990 tolheu a questão agrária como experiência social da expropriação, da superexploração e da violência no campo. A questão agrária permaneceu como problemática para a estrutura societária, não como objeto fictício de reflexão ou elemento do passado, mas como problema social, político e cultural que afeta diretamente as populações do campo e também como contradição estrutural que atinge o conjunto da sociedade brasileira no que se refere a sua projeção de futuro. Assim Martins (2008, p. 171) vê avalia esta discussão:

É o que faz com que a questão agrária não possa aparecer entre nós como questão agrária, mas apenas residualmente como problema social. Ela se manifesta não como irracionalidade para o desenvolvimento capitalista, mas como problema de emprego, trabalho e sobrevivência para as populações pobres que o próprio caráter capitalista da propriedade cria ao se modernizar. Modernização patológica porque, aliás subsidiada pelo Estado, se dá mais rapidamente do que a capacidade da sociedade, no seu conjunto, criar alternativas de trabalho e de adaptação para os trabalhadores que esse modelo de desenvolvimento descarta e exclui.

As contradições da relação capital-trabalho no marco das relações capitalistas no Brasil e os problemas agrários concernentes à concentração de capital e à concentração de terra permanecem; assim como permanece a questão agrária na experiência social mais imediata da realidade – com expropriação concreta dos meios de vida, exploração violenta cotidiana, expulsões, assassinatos etc. Existe um problema social com raízes na estrutura da sociedade brasileira e um problema sociológico a serem refletidos como questão política dos grupos e classes trabalhadoras em seus enfrentamentos e lutas contra a expansão e concentração do capital e da terra – ao longo de décadas vem sendo gerado um processo de consciência de determinados setores sociais e sobre as políticas de reforma agrária.

Dois elementos se articulam nas experiências dos trabalhadores: o avanço do capital sobre as bases produtivas no campo e o processo de formação das classes sociais no Brasil (FERNANDES, 1974; 1975). Esta problemática se insere nas condições materiais que marcam o sujeito e condicionam suas lutas contra a expulsão da terra e os colocam numa árdua busca de ação e ensaio para “outro futuro”. Portanto, encontra-se embutido na organização da luta social o querer coletivo por outro projeto de sociedade, contra o atual projeto econômico do agronegócio que se impõe no campo e tem sido combustível da ação deste sujeito.

Este panorama recompôs as consequências estruturais contemporâneas da questão agrária: concentração de terra e de capital; centralização dos setores produtivos em monopólios e oligopólios associados ao capital (internacional) comercial e financeiro; investimentos concentrados

na agricultura de exportação de grãos e cana de base energética e de carne; compressão da agricultura camponesa de alimentos e da população rural; migração permanente de populações rurais para as cidades de pequeno e médio porte (ABROMOVAY, 1994).

A questão agrária no Brasil tem uma história marcada pelo impasse e por crises de poder. A problemática fundiária e suas contradições, seus conflitos e tensões no campo se agudizaram pela expansão do capital, promovendo impasses para o conjunto da sociedade no que tange a questões cíclicas relativas a terra, moradia, trabalho e acesso a direitos (MARTINS, 2008). Uma herança histórica que veio da fusão entre capital e terra. Os significados disto foi uma economia capitalista periférica dependente que superexplorou e expropriou o trabalho (FERNANDES, 1975; IANNI, 1979; MARTINS, 1981, 1999, 2010). De agrário, o país tornou-se urbano, industrializou-se e, entre 1930 e 1970, criou um mercado interno; porém, grupos sociais de trabalhadores ainda demandam necessidades e se organizam para criar pautas na tentativa de acessar direitos junto ao Estado.

A reprodução do capital em uma economia periférica produziu limitações políticas fazendo com que as classes dominantes impusessem uma descontinuidade social sobre as classes trabalhadoras, tanto no campo quanto na cidade (GORENDER, 1994; STÉDILE, 1994; OLIVEIRA, 1987). O processo político relativo à questão agrária se desenrolou de acordo com a formação e o amadurecimento das classes sociais. Os camponeses se constituíram sujeitos políticos nas brechas políticas, principalmente em períodos que possibilitaram a construção de respostas conscientes e a ação e a consciência desta ação, gerando movimentos e organizações sociais.

A “ausência” de terras para trabalho ou, em alguns casos, sua contínua diminuição com a expansão do capital (MARTINS, 1982; 1999; 2010; IANI, 1979) produziu conflitos e tensionou o processo da luta social dos trabalhadores no campo para o enfrentamento com o projeto que destina as terras para os negócios econômicos. A luta pela terra, que envolveu trabalhadores agregados, posseiros, colonos, indígenas, seringueiros, entre outros (GRZIBOWSKY, 1985), esbarrou na necessidade de articulação com outros setores sociais e de assunção de projeto político voltado às classes sociais. Esta ação produziu um amadurecimento histórico que não ocorreu ao acaso, mas a partir de determinadas condições, circunstâncias sob as quais os sujeitos das classes sociais em disputa se depararam na busca por um destino a sua sobrevivência, pelo futuro social, político e econômico da existência.

O enfrentamento da expansão do capital pelos trabalhadores expropriados e superexplorados produziu ações radicalizadas, como a ocupação de terras e a instalação de acampamentos coletivos. Os camponeses promoveram o rompimento do isolamento do conflito e articularam politicamente suas ações. A bandeira da reforma agrária se tornou a proposta dos movimentos e organizações sociais em aglutinar os diversos conflitos e lutas de diferentes categorias numa perspectiva ampliada.

2- As contradições e as lutas dos trabalhadores pela terra e por outro projeto social

O questionamento da propriedade fundiária, levado a efeito na prática de milhares de lavradores neste momento, levamos, mesmo que não queiram, a encontrar pela frente o novo barão da terra, o grande capital nacional e multinacional. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência.

Martins (1982, p. 177)

A junção entre terra e capital se aprofundou e fortaleceu a propriedade territorial, aparentemente deixando de ser um problema para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Em contrapartida, a propriedade forçou a transformação do capital em renda empregada no território, renda territorial; o que seria um empecilho econômico para o processo de acumulação e produção capitalista se constituiu como possibilidade de potencializar ganhos sobre a renda da terra, o capital e o trabalho. Assim, a reforma da estrutura fundiária não se fez necessária como saída para o que seria um problema para a ampliação da reprodução do capital, tendo em vista as bases em que o capitalismo se desenvolveu no país até então (MARTINS, 1986; STÉDILE, 1999). O que não quer dizer que a história econômica, social e política tenha se encerrado, pois a junção capital-terra vem gerando permanentes contradições sociais, centradas na concentração da terra e de renda.

Percebe-se que historicamente a expropriação do trabalho impulsionou a luta pela terra ao lhe retirar as relações de exploração anteriores. As lutas sociais deram-se em situações limites de ameaça e abandono das famílias de trabalhadores e de incapacidade destas se reproduzirem socialmente como trabalho. De tempos em tempos, esta expropriação foi reeditada e ganhou expressões dramáticas. De modo que a organização política e social da classe trabalhadora no campo correspondeu aos períodos de mudanças das condições sociais e política.

A expropriação e a sobreexploração do trabalho no campo se constituiu em experiência contínua e forjou o sujeito da classe como ser social, e as possibilidades de formação de sua consciência política. A luta pela terra se formou paulatinamente, em conjunturas políticas diferentes, mas, sobretudo, se intensificou nos momentos agudos das mudanças na produção capitalista; na ampliação da reprodução do capital; na expansão da lógica capitalista sobre as relações sociais; e nas transições políticas.

Foram as mudanças econômicas sobre as relações produtivas visando à expansão do capital que pressionaram violentamente os trabalhadores. As transformações na agricultura através de uma pesada e perversa “modernização” se re-apropriaram de terras concedidas em outro período aos trabalhadores e suas famílias. A expulsão das famílias da terra compôs as experiências de classe dos trabalhadores, em si pela sua condição social, política e econômica dominada; e para si na capacidade de lutar e construir respostas à ofensiva do capital, nas ações produzidas como re-ações (THOMPSON, 1998).

Há certo consenso entre estudiosos sobre os elementos constitutivos dos sujeitos sociais no campo, no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960: as lutas por terra; a criação das organizações sociais no campo; a superação do localismo, o rompimento do isolamento e a articulação nacional de ações políticas e a repercussão nacional dos trabalhadores do campo (MARTINS, 1982; PALMEIRA, 1976, 1985; MEDEIROS, *ibidem*; SIGAUD, 1981, 1983, 1989; NOVAES, 1997).

As lutas imediatas dos trabalhadores em conjunturas de mudança política possibilitaram a quebra do isolamento ao mesmo tempo em que delimitaram as ações políticas dos sujeitos. As classes trabalhadoras entraram em cena na medida em que se colocaram em luta pelas relações de produção frente às mudanças nas condições materiais de trabalho.

Medeiros (1989) constatou em seu estudo sobre a história dos movimentos sociais no campo que há uma deficiência de registros documentais das lutas dos trabalhadores – principalmente antes da década de 1940, dado a própria condição social de explorados, expropriados e subordinados politicamente dos sujeitos e à dispersão dos estudos nas diferenças socioculturais das populações rurais⁵. Some-se a isto uma dificuldade em perceber os trabalhadores, sobretudo os do campo, como portadores de experiências sociais e políticas de caráter societário. Contudo, os diferentes conflitos sociais no campo, na conjuntura política entre 1946-1964 fizeram parte de articulações e alianças políticas entre setores rurais e urbanos e da configuração nacional entre lutas específicas e gerais. No caso das diferentes lutas dos trabalhadores do campo a luta pela terra se constituiu um elemento fundamental de articulação política.

O aspecto territorial da expansão das fronteiras agrícolas expulsou trabalhadores rurais de diversas áreas do campo no país, levando-os também à resistência e a lutarem por direitos. O período político 1945-1955 forjou o camponês na luta pela terra, por direitos sociais e trabalhistas e por reforma agrária. As lutas sociais contrapuseram-se ao imaginário social do trabalhador rural passivo, submisso e incapaz (MEDEIROS, *ibidem*).

A trajetória política do trabalhador no campo foi marcada por tensões, conflitos e contradições (MARTINS, 1982). Em conjunturas abertas às disputas de forças sociais as disputas e conflitos compuseram a síntese da luta e da consciência das experiências de exploração do trabalho e de expulsão da terra. Os trabalhadores se formaram como sujeitos políticos, criaram organizações e se articularam em interesses relativos à justiça de seus direitos. Entre os anos 1940-1950, a luta contra o latifúndio representou o confronto direto por áreas de trabalho, pela possibilidade de se reproduzirem socialmente, constituindo-se na mediação de outros valores sociais para uma sociedade mais democrática – tensão assim descrita por Martins (*ibidem*, p. 99-100):

⁵ MARTINS (1982) e MEDEIROS (1989) destacaram as diferentes lutas travadas pelos trabalhadores ao longo da história do Brasil: as revoltas indígenas e dos negros africanos; a luta de caboclos, mestiços e posseiros por seus espaços de trabalho e vida.

Elas [as lutas populares no campo] necessitam de organização e estrutura partidária para encontrarem a unidade da sua diversidade, a sua força política e o seu lugar tanto no processo político quanto na aliança com as classes sociais que se defrontam com as classes dominantes e o Estado.

Esse fato adquire o seu sentido na história de um campesinato brasileiro progressivamente insubmisso – primeiramente, contra a dominação pessoal de fazendeiros e “coronéis”; depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários, e já agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições dessa sujeição. Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos. As lutas dos trabalhadores no campo e na cidade cresceram no período entre 1946 e 1964. A luta camponesa historicamente veio sendo gestada em experiências de enfrentamento: a dominação pessoal, a expropriação territorial, a exploração do capital e a mediação do Estado – o que envolveu o reconhecimento de sujeitos portadores de direitos.

As formas de organização dos trabalhadores rurais foram os sindicatos e as associações civis. Suas ações se expressaram em atos políticos, abaixo-assinados, petições, encontros e congressos⁶ com o apoio de forças políticas como o PCB⁷, PTB e a Igreja Católica. A orientação da Igreja para atuar no meio rural foi se inserir de forma propositiva junto aos camponeses; a ação através das Pastorais foi uma mediação necessária para se afirmar como instituição ligada aos pobres, do campo e da cidade – assim como a mediação realizada por diferentes sujeitos oriundos de setores rurais e urbanos, como advogados, parlamentares e sindicalistas, que atuaram junto às organizações, sindicatos, associações e ligas camponesas (NOVAES, 1997).

As Ligas Camponesas marcaram a organização dos trabalhadores do campo, na atuação intensa nos locais de trabalho e na representação de classe social em luta. Neste aspecto, a experiência do sujeito social reside no fato das Ligas representarem os aprendizados locais, específicas, e transporem para outros espaços de luta – a cidade, a capital, o legislativo, a universidade, entre outros meios – ao se agregarem às lutas gerais. As Ligas eram compostas por uma diversidade de trabalhadores: pequeno proprietário, morador de favor, antigo mascate, ex-sapateiro etc. – tratava-se da junção de necessidades específicas em uma luta geral.

As Ligas passaram a ser um desaguadouro das questões sociais e políticas dos trabalhadores do campo pela permanência na terra. As experiências dos trabalhadores contra o cambão; os posseiros, na Justiça, pela reintegração de posse; pelo reconhecimento de direitos dos trabalhadores temporários, entre outras questões, encontravam nas Ligas a mediação e a representação política

⁶ Segundo pesquisa de Medeiros (1989), no Relatório elaborado pela I Conferência da ULTAB, em 1959, neste evento havia 122 organizações de trabalhadores agrícolas e 9 de caráter estadual.

⁷ O IV Congresso do PCB, de 1954, chamou a atenção para a organização do campesinato pela atuação direta de seus militantes, quando do tratamento da questão agrária como uma problemática a ser resolvida através da reforma agrária – imprescindível na etapa da revolução anti-feudal, nacional e democrática.

necessárias à negociação com o proprietário e nos processos na Justiça. Conforme Regina Novaes (*ibidem*, p. 45):

Tal diversidade entre as trajetórias e ocupações dos diretores da Associação (de Sapé), nesta e em outras Ligas fundadas posteriormente, pouco a pouco ficou submergida frente a experiência comum, ali vivenciada, que transformou todos – lideranças e liderados – em *camponeses* em luta contra o *latifúndio*.

O cotidiano e o simbolismo da luta dos camponeses, para além das questões locais em disputa, encontravam-se na *abrangência* e no *conteúdo* da categoria latifúndio (NOVAES, *ibidem*). As Ligas adquiriram um aspecto de radicalidade, de autonomia, originalidade e independência como movimento social dos camponeses; buscaram a autenticidade na construção de alternativas para as carências e necessidades destes camponeses – como assistência mútua e o enfrentamento das opressões cotidianas.

O Estado ditatorial emergiu no comando das forças produtivas das classes dominantes. As forças armadas alçaram o lugar de um “Bonaparte” a cortar os “nós górdios” das relações de produção, numa espécie de assimetria entre a estrutura social e os processos políticos (OLIVEIRA, 1977c). Tratava-se de encerrar uma conjuntura favorável à organização e à formação das classes trabalhadoras, de dar fim às possibilidades de ganho real com o trabalho e golpear as lutas que “ensaiaram” suas questões políticas baseados em necessidades e expectativas imediatas e cotidianas. Junto a isto, significou criar condições estruturais à contínua expansão do capital. Por outro lado, a conjuntura política fechada iniciava a gestação de novas contradições; é o que aponta Martins (2010, p. 95).

A proposta de reforma agrária no regime militar contou com a postura anti-reformista dos grandes proprietários fundiários e empresários rurais. Estes foram contrários ao Anteprojeto de reforma agrária que se caracterizou pela proposta “democrática e cristã”. Proposta que foi defendida na conjuntura anterior do golpe civil-militar como parte do enfrentamento às forças populares. As classes patronais rurais estavam contrárias aos temas que pudessem significar alguma alteração de poder e das formas de domínio no campo. Termos como “justiça social” foram extremamente combatidos, pois poderiam apontar ou mesmo insinuar que “poderia justificar a desapropriação por interesse social” (BRUNO, 1997, p. 131).

As experiências de luta dos trabalhadores do campo durante a Ditadura Militar vieram das formas delimitadas de atuação do regime institucionalmente repressivo, engessadas legalmente e sem possibilidades de pressão política na articulação com outros setores sociais. A atuação nos sindicatos por dentro da legalidade autorizada e, ao mesmo tempo, adulterada, fez com que os sujeitos na militância do campo percebessem que as determinações legais não eram cumpridas. “[...] o Estado deixou de ser visto prioritariamente como mediador, ao qual se recorreria para encaminhar

demandas dos trabalhadores e passou a ser colocado como um dos componentes da situação aflitiva por eles vivida” (MEDEIROS, 1989, p. 119).

Na segunda metade dos anos de 1970, experiências políticas foram iniciadas por grupos da Igreja Católica no cotidiano das classes trabalhadoras. Isto, com o tempo, se tornou uma saída organizativa no campo e na cidade – as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – tendo em vista à repressão da Ditadura Militar.

As experiências dos trabalhadores do campo junto à Igreja, nos anos de 1970, compuseram experiências herdadas que se desenvolveram nos anos de 1980, com a conformação de uma “nova” conjuntura política. As experiências foram compostas pelas Pastorais sociais, de caráter institucional, com o papel de articulação política e dirigente, e pelas CEBs, com atuação junto ao cotidiano dos trabalhadores nos enfrentamentos de seus problemas diários. Isto como parte das práticas de luta e enfrentamento nos seus aspectos comunitários da vida e do trabalho.

O período de 1978 a 1985 foi fértil de contradições sociais, com brechas conjunturais, de modo que os sujeitos se sentiram capazes e motivados de juntos realizarem ações que interpelaram estruturalmente a sociedade. Questões retornaram à pauta política do Estado e da sociedade – como a reforma urbana, agrária e sanitária – tonificadas a partir dos sujeitos concretos que entraram em cena (SADER, 1988). Uma realidade social repleta de permanências da sobrevivência material – trabalho, terra, moradia, atendimento à saúde, entre outras necessidades – definidoras da dinâmica de “alterações no conjunto da sociedade civil” (*ibidem*) e geradoras de movimentos sociais.

Os movimentos sociais do campo foram pressionados a irem além das suas particularidades, das suas questões imediatas, devido às condições materiais precárias da base social, pelos limites políticos formativos e educacionais, pela fronteira entre o centro de decisões e o interior do país. O MST é o melhor exemplo deste longo processo de formação da classe trabalhadora no campo e da auto-organização. Isto, através de práticas sociais: cultura de motivação e disciplina; das articulações, apoio, relações de solidariedade, alianças entre categorias de trabalhadores, grupos políticos e indivíduos – impulsionou esta luta a ir mais longe que o programa agrário estrito, o programa agrário buscou um projeto político que pudesse incluir a sociedade (MST, 1995).

O MST conseguiu expressar uma continuidade de luta pela terra e o aprofundamento de projeto sobre a estrutura agrária do país (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2001c). A organização intensificou a articulação com setores sociais engajados em mudanças institucionais no campo e na cidade, em reação à avalanche de desestruturação da sociedade em detrimento da estruturação econômico-financeira (HARVEY, 1992). E isto foi possível porque MST conseguiu – através da intensificação das lutas por terra e por reforma agrária e do processo organizativo, formativo e educativo das bases à direção –, estabelecer um *continuum* de práticas sociais, produtora de experiências. Setores sociais apoiaram o MST como “pólo

aglutinador” (IASI, 2006). As experiências alimentaram a perspectiva de construção de um projeto de emancipação; a sistematização de suas frentes de luta possibilitou ao sujeito político enxergar as suas possibilidades, seus limites e onde precisava avançar; a ocupação de terra foi expressão de um processo permanente de organização e formação das famílias sem terra e a construção da referência do MST como síntese organizativa dos trabalhadores de setores sociais populares.

As experiências nos acampamentos, ocupações e assentamentos possibilitaram a invenção social do MST. As ações diretas das famílias sem terra corresponderam às condições materiais imediatas e à formação da base social do movimento que contou com a mediação da Igreja. A organização social se tratou da resposta dos “debaixo” às necessidades preeminentes, através da pressão sobre as instituições do Estado; e contou com a complexidade da formação de representação política junto à estrutura estatal e a setores da sociedade. O encaminhamento prático das necessidades mais imediatas das famílias sem terra levou os trabalhadores a se articularem nas formas mais próximas, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos sindicatos.

As organizações existentes emprestaram suas formas de luta, ainda que limitadas pelas circunstâncias políticas anteriores. As alterações políticas e organizativas na sociedade possibilitaram as rearticulações das classes trabalhadoras em ações de enfrentamento através do movimento operário, dos movimentos populares e as reivindicações por direitos sociais e políticos (SCHERER-WARREN; KRISCHER, 1987).

O aprendizado tanto para a organização de base social e a formação da estrutura intermediária dos militantes, em diferentes frentes de demandas – produção, educação, saúde etc. –, quanto para a direção política foram adquiridos de diferentes experiências de lutas dos trabalhadores (CASTRO, 2008, 2009,). As lições e desafios da organização foram experiências herdadas e compartilhadas (THOMPSON, 1998) da luta mais geral da classe trabalhadora – fossem práticas do mesmo período político; fossem de períodos anteriores, aprendidas através de relatos dos participantes (STÉDILE, 2002); fossem práticas de organizações rurais ou urbanas, nacionais ou internacionais.

A síntese-experiência produziu um *continuum* de ações organizativas e formativas em movimentos sociais de bases populares, como aqueles no campo, em particular o MST, que produziu um diálogo intenso com a sociedade. A abertura política aos setores progressistas potencializou as lutas como um todo, constituindo um campo de questões políticas e sociais comuns – ao mesmo tempo que parte das lutas deste período obteve um caráter de autenticidade por terem sido conduzidas pelos sujeitos-indivíduos das classes subalternizadas; que se formaram nas ações das bases sociais “populares”.

As questões das lutas específicas marcaram os movimentos sociais dos anos de 1980, porém, a perspectiva ampla de projeto político esteve presente na práxis dos principais movimentos sociais – movimento sindical, movimento dos seringueiros, movimentos dos sem terra e atingidos por

grandes obras do Estado, entre outros. A dinâmica da pluralidade de questões não poderá ser compreendida senão no movimento totalizante das lutas sociais, de junção das especificidades e particularidades. Por outro lado, para a compreensão do movimento social se fez necessário entender suas questões específicas que foram construídas em relação com outros setores sociais – opositores e aliados.

O impulso político no surgimento dos movimentos sociais evidenciou a energia contida nas necessidades e expectativas presentes em diversos setores da sociedade. Os movimentos apontaram para a possibilidade de outros fazeres políticos que viessem de bases sociais urbanas e rurais para nutrir o período de redemocratização. Os conflitos sociais geraram tensões que precisavam ser encaminhadas politicamente.

A dinâmica de articulação em torno da luta dos trabalhadores sem terra e em torno da organização do MST reforçou seu lugar e experiências específicas, fundantes e presentes na estrutura da sociedade. No caso do MST, Isto pode ser captado nas próprias análises realizadas pelos cientistas sociais que ao construir mediações teóricas e reflexivas também expressaram o sentimento e o sentido médios da sociedade ao lançarem mão de interpretações da dinâmica específica (CALDART, 2000; FERNANDES, M. 2000).

O MST, talvez tenha sido o movimento que tenha ido mais longe em sua organização e no projeto de sociedade. A mediação organizativa de trabalhadores do campo, e a representação na questão agrária que foi se desenvolvendo no decorrer da segunda metade dos anos de 1980 até meado dos anos de 1990, com as mudanças que ocorreram com a aplicação das políticas de cunho neoliberais e a mudança do caráter da luta. Na contracorrente, assim o Movimento (MST, 1987, p. 8) define suas prioridades:

Nossas prioridades de trabalho: 1- a organização da base: A organização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na base é a garantia de que alcançaremos os nossos objetivos. Desorganizados, não vamos a lugar nenhum! Nesse encontro nacional forma definidas algumas orientações para conseguirmos melhorar a organização da base. A seguir relacionamos as principais: 1.1 ampliar o Movimento em todos os sentidos. Para isso, precisamos: aumentar o número de trabalhadores que vão às nossas reuniões; ampliar o número de municípios com comissões de Sem Terra; estimular a maior participação das mulheres; incentivar a maior participação dos jovens; manter contato com novos estados, procurando ampliar o Movimento para todos os estados, em especial para o Nordeste do país.

As práticas de acampamento, ocupação e, posteriormente, de assentamento se constituíram em aprendizados refletidos e tomados como uma base de lições da luta a ensinar. O MST construiu um caminho de organização e formação das ações dando passos na prática social do movimento social, produzindo organicidade interna e referência de luta para o conjunto da sociedade.

As experiências geradoras do MST corresponderam às ações dos trabalhadores do campo a partir das condições materiais de vida historicamente presentes no campo. A concentração de terra e a

concentração do capital se aprofundaram impondo experiências de expropriação e superexploração no campo, com a expulsão de famílias do campo.

3- Algumas considerações

As ações dos movimentos sociais produziram fios de um projeto político contrário ao de concentração de terra e capital, produtor de desigualdades extremas na sociedade brasileira. A medida que se formou uma conjuntura política favorável às lutas sociais e às suas reivindicações, em pressionar o Estado, o sujeito coletivo da classe trabalhadora no campo ganhou visibilidade frente ao latifúndio, aos interesses do capital na agropecuária (MARTINS, 1999). O MST foi gerado, como as Ligas Camponesas, na luta contra a expulsão, o rompimento do isolamento e o reconhecimento de direitos sociais, entretanto, a partir de outras circunstâncias históricas. A permanência da questão agrária na expansão capitalista gerou a “modernização perversa que colocou na incompletude, não só os trabalhadores do campo, mas toda a sociedade em um processo de desigualdades duradouras, profundas (CARTER, 2010).

O tecido social se esgarça com o agronegócio monocultor, em unidades rígidas do sistema agroindustrial, concentrador dos recursos que vem retirando os espaços de existência das formas camponesas, familiares, comunitárias, de pequena produção de alimentos. Contraditoriamente, o processo de elaboração do sujeito coletivo da classe trabalhadora encontrou brechas na problemática agrária, na estrutura da grande produção agrícola que expropria e superexplora.

Os fios de construção da classe trabalhadora vêm se tecendo numa espécie de tentativa de continuidade da luta rompida, interrompida. Contudo, na mudança de conjunturas, no momento de transição democrática, no relampejo do “momento de um perigo” de deixar de existir como trabalhador rural, pequeno agricultor, família, comunidade camponesa – valores tomados como conservadores (MARTINS, 2000) – abriu-se espaço, pela luta por terra e por reforma agrária, para ações políticas que costuraram questões específicas e gerais de projeto político.

O MST se constituiu síntese de práticas, ações e experiências disponíveis na sociedade, num determinado período que culminou na estrutura político-organizativa de trabalhadores do campo. As atividades organizativas foram sistematizadas pelo próprio MST a partir dos aspectos político-culturais das ações coletivas dos grupos de sem terra e da atuação de seus militantes e dirigentes, produzindo valores e concepções que vem sendo reatualizados no decorrer das lutas e articulações sociais.

Pode-se, assim, estabelecer um *continuum* de experiências de lutas que possibilitaram explosões de “agoras” – sobretudo, em períodos de crise política das elites, no que tange a manutenção de um projeto de coesão. Abrem-se espaços para as ações das classes trabalhadores ou tornam-se mais evidentes as fissuras para a atuação “dos debaixo” e para a “consciência de fazer explodir o

continuum” de atuação que busque a transformação da estrutura social. Os sujeitos sociais, ainda que com suas debilidades e frente aos limites da própria sociedade, produziram respostas. A resposta do sujeito da classe trabalhadora no campo tendeu a refletir sua incompletude, visto que sua ação foi evitada pelas classes dominantes, impedida de atuar na problemática agrária por ser uma questão estruturante; contudo, demonstra-se uma permanência organizativa e formativa da luta no campo.

A formação da consciência voltada à ação política, precisa desvelar a realidade social, as relações de exploração, expropriação e dominação. O conhecimento político tem o aspecto prático de compreender a realidade social e produzir uma compreensão direcionada à atuação política dos grupos sociais. A “educação para a atividade revolucionária” dos trabalhadores, especificamente do operariado, segundo Lenin, deverá ser orientada pela perspectiva do projeto político. As atividades e tarefas militantes deverão cobrir diferentes dimensões: agitação das bases sociais com “campanhas de denúncias” “vivas e ruidosas”; a propaganda de ideias socialista utilizando o jornal. Assim, a formação realizada pela organização diz respeito a divulgação e propagação de ideias contrárias a organização da sociedade, corresponde a formação de uma cultura política capaz de mobilizar e promover hábitos “reativos” às situações de opressão, exploração, dominação e expropriação nos diferentes espaços de produção e da vida social.

Gramsci (1979) analisou a relação das classes sociais em luta, a construção do sujeito coletivo, por parte da classe trabalhadora, e o processo organizativo e intelectual do partido político, e chamou a atenção para a necessidade de construir um projeto político para orientação da ação política. Isto poderia possibilitar a formação de um bloco histórico que dispute a hegemonia política na sociedade e no Estado. Um projeto político, portanto, que viesse dar conta de necessidades, desejos, vontades de mudanças de frações da classe trabalhadora em um *continuum* da luta social e em uma perspectiva político-organizativa. “A partir disso, é preciso ver como (estabelecidos certos objetivos) dirigir do modo mais eficaz e, portanto, como preparar da melhor maneira possível os dirigentes (esta é, precisamente, a primeira parte da ciência e da arte política)” (*ibidem*, p. 10-11).

A práxis política da luta pela terra e pela reforma agrária reside no sujeito coletivo que conseguiu manter de forma sistemática um *continuum* da luta social, em um trabalho permanente e produtor de sínteses das práticas sociais existentes. A ação política formou o sujeito político e suas experiências, que passaram por um processo de sistematização e reflexão. A organicidade de militantes constituiu grupos com uma atuação mais consolidada e atuações mais específicas na estrutura do Movimento.

Atravessar os anos de 1990 em um tecido social que se esgarçou e em um campo político que se desfez significou, para os sujeitos sociais, movimentos de ação, desafios sociais, teóricos e políticos para construção de saídas organizativas e de institucionalização na sociedade. O caso do MST se

põe como elemento de reflexão por conta da sua permanência de movimento social, com cerca de trinta anos de existência, em uma sociedade brasileira que sofre modificações profundas na estrutura social, econômica, cultural e ambiental, na relação campo-cidade.

O sujeito social ao se colocar na dinâmica da sociedade produz respostas conjunturais e se enraiza junto a outros setores sociais e sujeitos políticos com dinâmicas próprias – como o espaço institucional da universidade.

4- Bibliografia:

ABROMOWAY, Ricardo. *Agricultura familiar e capitalismo no campo*. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 94-104.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez/Campinas: Unicamp, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b. (Obras escolhidas, 1). [12. ed. reimp. 2010.]

BRUNO, Regina Ângela Landim. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKER, Paulo José. *Uma Revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 214-245.

CAMARGO, Aspásia. A Questão agrária: crise de poder e reformas de base, 1930-1964. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981. (volume 3).

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: _____. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010a. p. 27-78.

CASTRO, Carmen Verônica dos Santos. A Dimensão social da Experiência entre o Movimento Sem Terra e a Universidade: o caso do Curso de Teorias Sociais e Produção do Conhecimento. Tese de doutorado, defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRRJ, março/2013.

_____. Realidade brasileira: uma concepção de desenvolvimento partilhada pelo MST? Rio de Janeiro: SBS, 2009.

_____. Reflexões sobre as experiências entre MST, Via Campesina e universidades: desafios para a educação universitária? In: ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro Zahar, 1976.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

GOENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro. *A Questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GRAMSCI, Antonio. Notas sobre Maquiavel. In: SADER, Emir (Org.). *Gramsci, poder política e partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. [4. ed. reimp.]

_____. *Os Intelectuais e a civilização da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRYNSZPAN, Mario. O Período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: Marieta de Moraes Ferreira (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. A Comissão Pastoral da Terra. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 248-273.

HARVEY, David. *Condições pós-modernas*. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. *Colapso do populismo no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. *A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

IASI, Mauro. *As Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da terra*. 9. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

- _____. (Coord.). *Travessias, a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: USP, 2000.
- _____. *O Poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *A Reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 110-128.
- _____. *A Militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- _____. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. O Processo de produção do capital.. In: _____. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (livro 1, v.1)
- _____. Teorias da mais-valia: a história crítica do pensamento econômico. In: _____. _____. São Paulo: Difel, 1983. (livro 4, v. 2)
- _____. Para a Crítica da economia política. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução: José Carlos Bruni *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 7-54. (Os Pensadores)
- _____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. _____. _____., 1978. p. 329-404. (Os Pensadores).
- MEDEIROS, Leonildes Sérvo. Movimentos sociais no campo: lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade no século XX. In: CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010. p. 113-136.
- _____. *Sem Terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros*. Rio de Janeiro, 2000. [mimeo].
- _____. *A História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MENDONÇA, Sonia R. de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÉDILE, João P. *A questão Agrária no Brasil 5*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- NOVAES, Regina. A Trajetória de uma bandeira de luta. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho & SANTOS, Raimundo (Org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

_____. Posfácio. In: _____. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

_____. Reforma agrária: o mito e sua eficácia. In: BÔAS, Glaucia Villas & GONÇALVES, Marco Antonio. *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1995.

OLIVEIRA, Francisco. Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro. 1977a. [O texto é uma recuperação da conferência pronunciada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, em junho de 1975.]

_____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

_____. Padrões de acumulação, oligopólio e Estado no Brasil (1950-1976). In: _____. *A Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977c. p. 76-113.

PALMEIRA, Moacyr. A Diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. Loyola: São Paulo, 1985. p. 23-51.

PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, Luis Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 92-165.

SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKER, Paulo José. *Uma Revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35-53.

SCHIO, João Bosco. Depoimento. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 192-208.

SIGAUD, Lygia. As Condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, jun. 2005.

STÉDILE, João Pedro. (Org.). *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

_____. Marcha pelo Brasil. *Folha de São de Paulo*, São Paulo, 6 ago. 1999. Seção: Opinião.

STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (Org.). *O Debate na esquerda, 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (A Questão agrária no Brasil, 2).

TELLES, Vera Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKER, Paulo José. *Uma Revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 54-85.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.